

# AB Concessões S.A.

**Demonstrações financeiras referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeira</b>	<b>8</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## Relatório da Administração 2023

### AB Concessões S.A.

A AB Concessões está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Os relatórios individuais de cada Concessionária do Grupo AB Concessões estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos sítios eletrônicos de relações com investidores das respectivas Companhias.

### Destaques do ano de 2023

#### 1. Desempenho Financeiro e Operacional das Concessionárias (100% Controladas)

##### Rodovias das Colinas

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 teve um aumento de 13,2% em relação ao ano de 2022, o valor foi de R\$ 829.853 mil.

A receita líquida no ano de 2023 foi de R\$ 768.361 mil (+13,2%).

O tráfego da Companhia em 2023 foi de 65.572 mil de eixos equivalentes, volume 6,1% acima do tráfego registrado no ano de 2022.

O EBITDA ajustado da Companhia foi de R\$ 612.977 mil no ano de 2023 (+9,7%).

- EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais
- EBITDA Ajustado: Eliminação do efeito da provisão de manutenção

O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 7,5% em 2023.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 60,8% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes.

O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 59,4% do seu tráfego representado por eixos pesados.

Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 60,8% do seu tráfego total.

Em 2023, a tarifa média por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 12,66, o que representa um crescimento de 6,7% em relação ao ano de 2022.

#### **Nascentes das Gerais**

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 aumentou 17,2% em relação ao ano de 2022, alcançando R\$ 212.093 mil.

A receita líquida no ano de 2023 foi de R\$ 212.466 mil (+15,7%).

O tráfego da Companhia em 2023 foi de 27.279 mil de eixos equivalentes, volume 9,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2022.

O EBITDA ajustado em 2023 foi de R\$ 143.036 mil (+12,2%).

- EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais
- EBITDA Ajustado: Eliminação do efeito da provisão de manutenção

O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

#### **Triângulo do Sol**

As atividades operacionais da Companhia foram encerradas com o fim do prazo da concessão, em 30 de abril de 2023, e a Companhia entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente e outros sejam solucionados.

## **2. Investimentos**

No ano de 2023, as Concessionárias controladas pela AB Concessões realizaram os seguintes investimentos:

#### **Rodovias das Colinas**

Em 2023, a Concessionária vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

#### **Nascentes das Gerais**

Em 2023, a Concessionária AB Nascentes das Gerais continua seu processo de investimentos em melhorias nas rodovias do sistema, contribuindo para torná-las mais seguras, confortáveis e com plenas condições de trafegabilidade para seus usuários.

Neste sentido, concluiu-se no ano de 2023 importantes investimentos nos municípios de Piumhi, Itaú de Minas e São Sebastião do Paraíso, que envolvem a implantação de duplicações, travessias e contornos urbanos.

Destaca-se também a conclusão de obras de duplicações e entroncamento no polo de Divinópolis, passarelas de pedestres na região de Passos e serviços de restauração de pavimento e sinalização das rodovias do sistema, contribuindo para a melhoria da segurança e conforto dos usuários.

Para o ano de 2024, importantes obras têm conclusão prevista para o primeiro semestre, tais como faixas adicionais e novos entroncamentos no trecho entre Mateus Leme e Divinópolis e na região de Passos e Capitólio.

Até o final de 2024 há previsão também de conclusão de obras de novos entroncamentos, faixas adicionais e melhorias de traçado na região entre Piumhi e São Sebastião do Paraíso.

### **3. Governança Corporativa**

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

#### **Conselho de Administração**

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios de administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

#### **Demonstrações Financeiras**

- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Transparência e Gestão**

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

### **4. Responsabilidade Socioambiental**

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No “Comunidade na Via” são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos.

## **5. Considerações finais**

As informações financeiras da AB Concessões S.A, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da**

**AB Concessões S.A**

**São Paulo - SP**

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os balanços patrimoniais individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023, apresentam no ativo não circulante na rubrica de “Debêntures com partes relacionadas” a receber no montante de R\$ 1.616.905 mil. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, as debêntures são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo e, portanto, devem seguir os critérios de mensuração de valor justo. A Companhia preparou a análise de valor justo das debêntures, a qual indica um aumento do saldo dessas debêntures, no montante de R\$ 34.437 mil, que não foi registrado nessas demonstrações financeiras. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Debêntures com partes relacionadas” a receber registrado no ativo não circulante está apresentado a menor em R\$ 34.437mil, o imposto diferido ativo, apresentado, no balanço patrimonial, no ativo não circulante, está a menor em R\$ 11.708mil e resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 22.729 mil, líquidos de impostos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfase

### **Encerramento da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que os negócios da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foram encerrados tendo em vista o fim do prazo de concessão em 30 de abril de 2023, portanto, a base contábil de continuidade operacional da controlada não é apropriada. Com o fim da concessão, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente, entre outros sejam solucionados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Contrato de compra e venda da Companhia e suas controladas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que os acionistas controladores da Companhia, em 16 de novembro de 2023, celebraram contrato de compra e venda de até 100% de suas ações. O fechamento desta operação está sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e/ou contratuais necessárias para essa transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que o Relatório da Administração também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

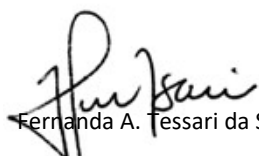
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva

Contador CRC 1SP252905/O-2

**AB CONCESSÕES S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E**

**31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	147.422	689	389.457	622.264	Debêntures	10	-	-	419.858	451.102
Contas a receber	5	-	-	73.025	106.586	Passivo de Arrendamento		965	1.049	4.820	3.036
Contas a Receber de Partes Relacionadas	11	7.100	3.673	-	-	Fornecedores		1.718	4.004	92.531	83.155
Tributos e encargos a recuperar	6	609	773	8.651	15.528	Contas a pagar com Partes Relacionadas	11	-	-	635	635
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	68.820	Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	1.553.985	107.712	-	-
Dividendos a receber	11	416.436	358.728	-	-	Obrigações fiscais	13	221	2.100	19.200	26.353
Outros ativos		147	1.069	14.964	21.063	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	-	28.285	50.704	118.879
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>571.714</b>	<b>364.932</b>	<b>486.096</b>	<b>834.261</b>	Credor pela concessão	12	-	-	1.352	3.870
						Obrigações sociais e trabalhistas		12.088	10.354	25.913	27.383
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Provisão para manutenção e investimentos	15	-	-	81.481	136.223
Debêntures com partes relacionadas	11	1.616.905	1.616.905	1.616.905	1.616.905	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	60.820
Contas a receber	5	-	-	69.381	69.352	Outras contas a pagar		138	515	6.383	16.235
Dividendos a receber	11	5.785	5.785	-	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.569.115</b>	<b>154.020</b>	<b>702.877</b>	<b>927.689</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	32.972	213.947	328.855					-	216.781
Tributos e encargos a recuperar	6	-	-	77.407	70.373	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos e bloqueios judiciais	14	7.984	97.528	357.486	496.334	Debêntures	10	-	-	851.538	1.240.948
Outros Ativos		130	131	47.900	29.337	Passivo de Arrendamento		1.421	2.078	6.127	2.600
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.630.803</b>	<b>1.753.320</b>	<b>2.383.027</b>	<b>2.611.155</b>	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	9.866	5.653	406.614	332.860
						Provisão para manutenção e investimentos	15	-	-	82.288	91.427
Investimentos	7	1.910.110	2.004.778	-	-	Dividendos a pagar	11	191.243	191.243	191.243	191.243
Imobilizado		5.093	4.312	6.664	4.328	Obrigações fiscais	13	-	89.262	-	132.162
Intangível	9	1.428	1.409	1.911.243	2.132.391	Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	-	1.292.633	-	-
Ativo Contratual	9	-	-	29.858	5.636	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	237.179	277.488
Direito de uso		2.307	3.127	10.788	5.636	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>202.530</b>	<b>1.580.868</b>	<b>1.774.989</b>	<b>2.268.728</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.549.742</b>	<b>3.766.945</b>	<b>4.341.580</b>	<b>4.759.147</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16				
						Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Investimentos	7	1.910.110	2.004.778	-	-	Reserva de capital		1.791.591	1.791.591	1.791.591	1.791.591
Imobilizado		5.093	4.312	6.664	4.328	Prejuízos Acumulados		(180.434)	(133.254)	(180.434)	(133.254)
Intangível	9	1.428	1.409	1.911.243	2.132.391	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.349.811</b>	<b>2.396.990</b>	<b>2.349.811</b>	<b>2.396.990</b>
Ativo Contratual	9	-	-	29.858	5.636						
Direito de uso		2.307	3.127	10.788	5.636						
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.549.742</b>	<b>3.766.945</b>	<b>4.341.580</b>	<b>4.759.147</b>						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.121.455</b>	<b>4.131.877</b>	<b>4.827.677</b>	<b>5.593.408</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.121.456</b>	<b>4.131.877</b>	<b>4.827.677</b>	<b>5.593.408</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AB CONCESSÕES S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo líquido por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	17	-	-	1.288.462	1.709.393
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	18	-	-	(546.602)	(706.174)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		-	-	741.860	1.003.219
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	18	(26.133)	(17.826)	(310.831)	(273.834)
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	5	-	-	6.219	(1.983)
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos	11	-	(518.345)	-	(518.345)
Resultado de equivalência patrimonial	7	211.484	468.094	(31.907)	(26.401)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	151	104	4.467	23.312
<b>Total</b>		185.502	(67.973)	(332.052)	(797.252)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		185.502	(67.973)	409.807	205.967
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	19	47.209	27.562	282.608	269.369
Despesas financeiras	19	(219.794)	(203.105)	(420.187)	(458.543)
<b>Total</b>		(172.585)	(175.543)	(137.579)	(189.174)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		12.917	(243.516)	272.228	16.793
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Corrente	8	(27.125)	(99.577)	(244.808)	(449.803)
Diferidos	8	(32.972)	7.674	(74.600)	97.591
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
<b>PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$</b>	20	(225,47)	(1.602,93)	(225,47)	(1.602,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AB CONCESSÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS**

**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<u>(47.180)</u>	<u>(335.419)</u>	<u>(47.180)</u>	<u>(335.419)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AB CONCESSÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	15	738.653	1.791.591	47.171	137.435	-	2.714.850
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(335.419)	(335.419)
Ajuste de exercícios anteriores - reflexo de controladas		-	-	-	-	17.560	17.560
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	(47.171)	(137.435)	184.606	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	15	738.653	1.791.591	-	-	(133.253)	2.396.991
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		738.653	1.791.591	-	-	(133.254)	2.396.990
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(47.180)	(47.180)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	15	738.653	1.791.591	-	-	(180.434)	2.349.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AB CONCESSÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIO FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo/ lucro líquido do período ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	32.972	(7.674)	74.599	(97.591)
Depreciação e amortização	9 e 18	2.007	1.667	316.417	300.239
Juros sobre debêntures e mútuos com partes relacionadas	11	171.734	153.314	(31.907)	(26.401)
Juros sobre debêntures e instrumentos financeiros	19 e 21	-	-	213.867	239.378
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	15	-	-	72.389	119.447
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	4.213	2.285	108.640	54.058
Provisão (Reversão) para perda esperada - Contas a receber		-	-	(6.219)	1.984
Baixa do ativo intangível	9	-	-	73	9
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados		-	-	239	-
Resultado de instrumentos financeiros	22	-	-	(9.385)	141
Resultado de equivalência patrimonial	7	(211.484)	(468.094)	31.907	26.401
		(47.738)	(135.576)	723.440	800.591
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	5	(3.428)	(1.796)	39.752	(9.152)
Impostos a recuperar		164	209	(157)	137
Outros ativos		601	(1.199)	(19.002)	(14.194)
Depósitos e bloqueios judiciais		89.544	(23.108)	138.848	(145.437)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.286)	366	(33.159)	24.340
Obrigações sociais e trabalhistas		1.734	1.705	(1.470)	3.648
Obrigações fiscais	13	(91.338)	50.639	42.345	395.360
Provisão para manutenção (pagamentos)	15	-	-	(136.270)	(91.765)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (pagamentos)	14	-	(2.285)	(34.886)	(45.162)
Apropriação da outorga variável		-	-	(2.518)	468
Outras contas a pagar		(1.115)	383	(4.538)	3.362
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(28.088)	(23.206)	(249.836)	(345.593)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(81.950)</b>	<b>(133.868)</b>	<b>462.550</b>	<b>576.603</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Dividendos Recebidos		298.239	141.907	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	(1.666)	(1.438)	(75.650)	(154.402)
Mútuo com partes relacionadas- pagamento		(50.000)	-	-	-
Aumento de capital em controlada	7c	(17.890)	(24.000)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento</b>		<b>228.683</b>	<b>116.469</b>	<b>(75.650)</b>	<b>(154.402)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
<b>Debêntures:</b>					
Pagamento de principal	10	-	-	(431.224)	(189.838)
Pagamentos de juros	10	-	-	(194.977)	(199.418)
Arrendamento - pagamento principal e juros		-	-	(2.571)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	9.065	17.232
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(619.707)</b>	<b>(372.024)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>146.733</b>	<b>(17.398)</b>	<b>(232.807)</b>	<b>50.176</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	4	<b>689</b>	<b>18.087</b>	<b>622.264</b>	<b>572.088</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	4	<b>147.422</b>	<b>689</b>	<b>389.457</b>	<b>622.264</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A AB Concessões S.A. (“Companhia”) é uma holding, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) (“Mundys”), que é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias concluídas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

Em 16 de novembro de 2023, a controladora AB Concessões, em observância a Resolução CVM n.º 44, comunicou por meio das suas controladas, Rodovias das Colinas S.A. e Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., seus investidores e o mercado em geral que, nesta data, celebraram com VIA APPIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA (“Via Appia”), gerido pela Starboard Asset Ltda., contrato de compra e venda de até 100% de suas ações.

O fechamento da Transação está sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e/ou contratuais necessárias para essa Transação. A seguir o objeto social das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto:

#### Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez, uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) (“Grupo”). Em 01 de agosto de 2023, conforme divulgado em fato relevante, a Companhia recebeu a comunicação da CVM por meio do qual foi informada do deferimento de seu pedido de cancelamento do seu registro de emissor de valores mobiliários na categoria “B”, tendo atendido as condições previstas no artigo 51 da Resolução CVM nº 80/2022. O cancelamento voluntário do registro foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2023.

A Companhia tinha como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho,

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, competia à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, o qual por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a extensão do prazo contratual até 30 de abril de 2023, em decorrência do reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão.

Extinta a concessão, retornaram ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão ocorreu sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente, que caso resultem favoráveis à concessionária, poderão ser reequilibrados por meio de indenização financeira.

A Companhia concluiu os compromissos decorrentes do contrato de concessão.

A administração encerrou os negócios com o fim do prazo de concessão, em 30 de abril de 2023, e entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente e outros sejam solucionados, portanto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada para a controlada.

Ao elaborar essas informações financeiras, a administração considerou os impactos na realização dos ativos da controlada e o cumprimento de certas obrigações pelos valores reconhecidos.

### Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Itu, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Modificativo nº 18/06.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 27, de 03 de junho de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 115 dias, a partir de 03 de julho de 2028. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 26 de outubro de 2028. Durante o período de prorrogação será devido ao Poder Concedente o valor referente à outorga variável sobre as receitas de pedágio apuradas no período.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão.

### i) Rodovias das Colinas S.A. e Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio da controlada Colinas são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual, para a controlada Rodovias das Colinas.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselheiro Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (“Artesp”), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição foi mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022.

### Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”) é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; e as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

A Nascentes das Gerais assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado.

### Estimativas de Investimentos, recuperação e manutenção

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

As controladas, Rodovia das Colinas e Nascentes das Gerais, estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	<b>Colinas</b>	<b>Nascentes das Gerais</b>	
	<b>Previsão de 2024</b>	<b>Previsão de 2024 a 2029</b>	<b>Total</b>
Recuperação e Manutenção Infraestrutura	35.785	123.769	159.554
	-	467.605	467.605
<b>Total dos custos</b>	<b>35.785</b>	<b>591.374</b>	<b>627.159</b>

As estimativas de investimentos foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 15.

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, São Paulo, Brasil, que iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany. O referido Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi aditado em 30 de janeiro de 2024, com o objetivo de alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação para o dia 30 de março de 2024, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindi-lo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. Na data de 29 de setembro de 2023, nos autos da Recuperação Judicial (“Plano”), em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo (“Juízo”), homologado em 30 de setembro de 2021, foi apresentado o pedido de extensão do prazo para aprovação da ARTESP do Plano de Recuperação Judicial por 180 (cento e oitenta) dias adicionais, portanto até 30 de março de 2024.

### Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.

A Soluciona Conservação Rodoviária, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Matão/SP, na Rua Elias Raimundo de Brito, n.º 1860, bairro Nova Cidade, que iniciou suas operações em 26 de julho de 2016, e tem por objeto a prestação de serviços, para as concessionárias do Grupo AB Concessões, de conservação dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário, exercidos dentro dos limites da faixa de domínio.

### Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante consolidado supera o ativo circulante consolidado no montante de R\$ 216.781, originado principalmente pelo passivo da empresa controlada, Concessionária da Rodovia MG050 S.A. “Nascentes das Gerais”. Conforme nota explicativa n.º 25 de eventos subsequentes, a controlada Rodovia das Colinas captou R\$ 250.000 em março de 2024, reforçando o caixa consolidado. As controladas apresentam geração de fluxos de caixa operacionais, que somado ao caixa disponível permitirá que sejam cumpridos os compromissos assumidos de curto prazo.

## **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais**

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 28 de março de 2024.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios :

- (a) Eliminação dos saldos entre empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- (c) Eliminação de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

### Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento.

O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, estão descritas a seguir:

#### a) *Contabilização do Contrato de Concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

### c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

### d) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

### Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em mudança nas políticas contábeis em si.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### **2.1. Instrumentos financeiros ativos**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

##### **Ativos Financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretroatável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### *Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

### **Mensuração subsequente**

#### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### **Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **Desreconhecimento**

#### **Ativos Financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### **Passivos Financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

## **2.2. Instrumentos de hedge**

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com juros das debêntures como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”.

Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge” de valor justo.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

## **2.3. Ativo intangível**

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 9)

A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída.

### **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### **2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro provável em montante suficiente para sua realização.

### **2.6. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 13. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

### **2.7. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **2.8. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### **2.9. Provisão para manutenção**

A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

### **2.10. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada da controlada, Nascentes das Gerais, é paga mensalmente pela SEINFRA à controlada visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas brasileiras de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 64.280 (R\$ 148.173 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores.

### Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

### **2.11. Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

### **2.12. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na “Reserva de lucros” e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras:

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 e IFRS *Practice Statement 2*);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).
- Imposto mínimo complementar global.

#### Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) e
- Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado) (alterações ao CPC 03 e CPC 40)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	274	39	12.300	18.471
Aplicações financeiras (a)	147.148	650	377.157	603.793
Total	<b>147.422</b>	<b>689</b>	<b>389.457</b>	<b>622.264</b>

- (a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração média de 95% a 98% em 31 de dezembro de 2023 (95% a 98% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 5. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico (a)	71.073	103.255
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.381	69.352
ARTESP - ressarcimento (c)	-	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	1.689	1.729
Outras	1.571	9.129
Provisão para perdas de créditos esperada	(1.308)	(14.732)
<b>Total</b>	<b><u>142.406</u></b>	<b><u>175.938</u></b>
Circulante	<b>73.025</b>	<b>106.586</b>
Não circulante	<b>69.381</b>	<b>69.352</b>

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da controlada Colinas foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 26/2019. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A controlada Colinas aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados das controladas Colinas e Triângulo.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, decorrente da apuração dos indicadores de desempenho, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Concessionária Rodovia MG 050 S/A, cujos valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente e do Poder Concedente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Início do exercício	(14.732)	(12.749)
Adições à provisão no exercício	-	(4.028)
Reversões no exercício	6.219	2.045
Baixas no exercício	7.205	-
Em 31 de dezembro de 2023	<b><u>(1.308)</u></b>	<b><u>(14.732)</u></b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	72.967	104.270
Vencidos:		
Até 30 dias	16	1.240
De 31 a 90 dias	44	855
Acima de 90 dias	70.688	84.305
	<u>143.715</u>	<u>190.670</u>

## 6. Tributos e encargos a recuperar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572
IRPJ / CSLL - pagamento a maior	8.234	5.107
IRRF - Aplicações Financeiras	6.327	7.841
Outros Tributos	1.124	2.580
<b>Tributos e encargos a recuperar</b>	<u>86.058</u>	<u>85.901</u>
Circulante	<b>8.651</b>	<b>15.528</b>
Não Circulante	<b>77.407</b>	<b>70.373</b>

- (a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos pela controlada Triângulo do Sol S/A, em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol S/A nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal (vide nota explicativa n.º 8).

## 7. Investimentos

### Controladora

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluciona, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê	Total
	100%	100%	100%	100%	50%	
<b>Movimentação</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>432.208</b>	<b>306.262</b>	<b>1.198.724</b>	<b>(1.162)</b>	-	<b>1.936.032</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(36.636)	340.991	279.343	572	(26.401)	557.869
Amortização da mais valia de ativos (c)	-	-	(89.775)	-	-	(89.775)
Dividendos distribuídos (a)	-	(397.473)	(69.835)	-	-	(467.308)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	-	-	-	-	26.401	26.401
Aumento de capital em controlada (b)	24.000	-	-	-	-	24.000
Ajuste de exercícios anteriores (e)	17.560	-	-	-	-	17.560
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>437.132</b>	<b>249.780</b>	<b>1.318.457</b>	<b>(590)</b>	-	<b>2.004.778</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(37.182)	19.791	351.818	(1.261)	(31.907)	301.259
Amortização da mais valia de ativos (c)	-	-	(89.775)	-	-	(89.775)
Dividendos distribuídos (a)	-	(71.691)	(284.258)	-	-	(355.947)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	-	-	-	-	31.907	31.907
Aumento de capital em controlada (b)	16.000	-	-	1.890	-	17.890
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>415.950</b>	<b>197.880</b>	<b>1.296.242</b>	<b>39</b>	-	<b>1.910.110</b>

- (a) Em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido, da controlada Triângulo do Sol, do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R\$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da controlada em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R\$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da controlada. Este último, item (b), foi retificado em 04 de agosto de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária, para R\$ 71.000. Adicionalmente, na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$148.554, sendo R\$ 71.000 oriundos da conta de Reserva de lucros, apurados em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 77.554 oriundos do resultado apurado em 31 de março de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$196.694, da controlada Triângulo do Sol, oriundos da conta de Reserva de Lucros, apurados até 30 de setembro de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 66.743, da controlada Triângulo do Sol, oriundos dos Lucros Retidos em 31 de dezembro de 2022 somados aos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 4.948.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 87.955 e de dividendos em razão do excedente à conta de reserva de lucros no valor de R\$ 196.303, da controlada Rodovia das Colinas .

- (b) Em 29 de dezembro 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 31 de março 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 1.890 com a emissão de 500 novas quotas socias, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

- (c) Em 31 de dezembro de 2023, a mais valia decorrente da aquisição da controlada Colinas totalizava R\$ 448.877, cujos valores estão sendo amortizados de forma proporcional até o prazo final da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a amortização destes valores de mais valia foi de R\$ 89.775 (R\$ 89.775 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) para a controlada Colinas.
- (d) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, "b".
- (e) Reversão de R\$ 17.560 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores.

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê (a)
Participação - %	100	100	100	100	50
Ativo circulante	69.743	132.604	1.689.443	3.899	248.044
Ativo não circulante	1.040.476	273.074	707.761	3.772	2.109.268
Passivo circulante	161.310	31.775	916.744	2.703	2.681.684
Passivo não circulante	532.956	176.024	633.095	4.928	596.276
Patrimônio líquido	415.953	197.878	847.365	39	(920.649)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(37.183)	19.791	351.818	(1.261)	(159.893)

- (a) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, e não há obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) da Companhia em nome da controlada em conjunto.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$ 5.785, classificado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 8. Impostos de renda e contribuição social diferidos

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2023</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>31/12/2022</b>
<u>Ativo</u>			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	(5.653)	5.653
Obrigações Fiscais	-	(91.322)	91.322
Base de cálculo	-	<b>(96.975)</b>	<b>96.976</b>
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	<b>(32.972)</b>	<b>32.972</b>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2023</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>31/12/2022</b>
<u>Ativo</u>			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 14	226.663	(106.196)	332.859
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	329.926	(211)	330.137
Obrigações Fiscais	5.365	(135.088)	140.453
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (d)	93.014	(16.809)	109.823
Instrumentos financeiros derivativos	-	(319)	319
Arrendamento mercantil e provisões diversas	1.170	1.170	-
Provisão para perda de crédito esperada - nota 5	1.187	(13.545)	14.732
Provisão para manutenção	82.793	(77.208)	160.001
Base de cálculo	<b>740.118</b>	<b>(348.206)</b>	<b>1.088.324</b>
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	<b>251.640</b>	<b>(118.390)</b>	<b>370.030</b>
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	30.677	(6.817)	37.494
Total do crédito	<b>282.317</b>	<b>(125.207)</b>	<b>407.524</b>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2023</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>31/12/2022</b>
<u>Passivo</u>			
Diferenças temporárias:			
Outros ativos	29.361	1.238	28.123
Encargos financeiros antecipados (b)	18.964	(5.934)	24.898
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	137.167	(24.205)	161.372
Juros de debêntures capitalizados	2.670	(317)	2.987
Atualização de depósitos judiciais sobre o ágio	30.399	16.396	14.003
Direito de concessão adquirido	680.117	(136.023)	816.140
Base de cálculo	<b>898.678</b>	<b>(112.943)</b>	<b>1.047.523</b>
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	<b>305.551</b>	<b>(50.607)</b>	<b>356.158</b>
Tributo diferido passivo líquido	<b>(23.233)</b>	<b>(74.600)</b>	<b>51.366</b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:

### Composição por empresa

Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

AB Concessões	-	(32.972)	32.972
Colinas	74.409	(20.655)	95.064
Nascentes das Gerais	137.684	(3.609)	141.293
Soluciona	1.854	816	1.038
Triângulo do Sol	-	(58.487)	58.487
<b>Tributo diferido ativo</b>	<b>213.947</b>	<b>(114.907)</b>	<b>328.854</b>
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões (c)	(231.240)	46.248	(277.488)
Triângulo do Sol	(5.940)	(5.940)	-
<b>Total do diferido passivo</b>	<b>(237.180)</b>	<b>40.308</b>	<b>(277.488)</b>
<b>Tributo diferido passivo líquido</b>	<b>(23.233)</b>	<b>(74.599)</b>	<b>51.366</b>

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente realizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pelas controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol, referente aos trimestres dos anos de 2016 à 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 55.516 e R\$ 81.111, respectivamente, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ágio pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 6). Adicionalmente, durante o ano de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, efetuou depósitos judiciais referente aos períodos de Março de 2023, Junho de 2023 e Setembro de 2023 no valor total de R\$ 5.113 (R\$ 6.817 referente aos períodos de Março de 2022, Junho de 2022, Setembro de 2022 e Dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 o montante registrado totaliza R\$ 145.148 (31 de dezembro de 2022 o montante registrado totaliza R\$141.740).
- (b) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação das debêntures.
- (c) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.
- (d) O montante líquido de R\$ 93.014 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 109.823 em 31 de dezembro de 2022) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos ativos fiscais, pelas controladas Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais, para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	156.128	53.083	-	-
Prejuízos fiscais não reconhecidos	175.085	53.746	124.504	42.332
	<b>331.213</b>	<b>106.829</b>	<b>124.504</b>	<b>42.332</b>

### b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.917	(243.516)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(4.392)	82.795
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(1.603)	(346)
Baixa de diferido não recuperável	(32.095)	-
Rendimento sobre debêntures ativas	(93.912)	(333.505)
Resultado de equivalência patrimonial	71.905	159.152
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(60.097)	(91.903)
Correntes	(27.125)	(99.577)
Diferidos	(32.972)	7.674
Alíquota efetiva dos impostos	465,26%	37,74%
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	272.228	441.945
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(92.558)	(150.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (a)	(11.414)	(12.489)
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(6.027)	(12.054)
Baixa de diferido não recuperável (b)	(90.961)	-
Rendimento sobre debêntures ativas	(93.912)	(112.718)
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(13.689)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(10.848)	(6.372)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<b>(319.409)</b>	<b>(293.894)</b>
Correntes	(244.808)	(330.926)
Diferidos	(74.599)	37.032
Alíquota efetiva dos impostos	117,33%	66,50%

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

- (a) A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para o registro de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, até o limite em que será provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social poderão ser utilizados.
- (b) O montante de R\$ 90.961 refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos baixados em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro.

### 9. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.349.786</b>	<b>107.157</b>	<b>20.903</b>	<b>3.282.252</b>	<b>6.760.098</b>
Adições	147.968	-	880	-	148.848
Baixas	(1.327)	-	-	-	(1.327)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.496.427</b>	<b>107.157</b>	<b>21.783</b>	<b>3.282.252</b>	<b>6.907.619</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.496.427</b>	<b>107.157</b>	<b>21.783</b>	<b>3.282.252</b>	<b>6.907.619</b>
Adições	113.237	-	1.709	-	114.946
Baixas	(18.514)	-	-	-	(18.514)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.591.150</b>	<b>107.157</b>	<b>23.492</b>	<b>3.282.252</b>	<b>7.004.051</b>
<u>Amortização acumulada</u>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.036.845)</b>	<b>(100.046)</b>	<b>(19.422)</b>	<b>(2.330.092)</b>	<b>(4.486.405)</b>
Adições	(141.879)	(1.033)	(592)	(136.023)	(279.527)
Transferências	(4.977)	-	-	-	(4.977)
Baixas	1.318	-	-	-	1.318
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.182.383)</b>	<b>(101.079)</b>	<b>(20.014)</b>	<b>(2.466.115)</b>	<b>(4.769.591)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.182.383)</b>	<b>(101.079)</b>	<b>(20.014)</b>	<b>(2.466.115)</b>	<b>(4.769.591)</b>
Adições	(174.230)	(1.066)	(480)	(136.024)	(311.800)
Baixas	18.441	-	-	-	18.441
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(2.338.172)</b>	<b>(102.145)</b>	<b>(20.494)</b>	<b>(2.602.139)</b>	<b>(5.062.950)</b>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>1.314.044</b>	<b>6.078</b>	<b>1.769</b>	<b>816.136</b>	<b>2.138.027</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>1.252.978</b>	<b>5.012</b>	<b>2.998</b>	<b>680.113</b>	<b>1.941.101</b>
Taxa média (a.a.)	<b>7,29%</b>	<b>1,47%</b>	<b>3,32%</b>	<b>6,12%</b>	
<b>Ativo intangível</b>					<b>1.911.243</b>
<b>Ativo contratual</b>					<b>29.858</b>
<b>Total ativo da concessão</b>					<b>1.941.101</b>

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada de forma linear pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R\$ 29.858 (R\$ 5.636 em 31 de dezembro de 2022).

O montante de ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras da controlada Nascentes das Gerais, detalhadas a seguir:

• ITV 129 - km 301,4 ao km 304,8	R\$ 8.368
• ITV121 - km 286,3 ao km 286,7 - ITV	R\$ 6.788
• ITV-24C - Implantar 3ª faixa lado direito/esquerdo	R\$ 6.244
• ITV 81B-82-83 - Implantar na travessia urbana de formiga multivia com separador central - km 201,7 ao km 204,5	R\$ 3.667
• TF1 - Implantar 3ª faixa - LD - Km 76,0	R\$ 2.667
• ITV 135B - Implantação de 3a faixa km 318 a km 318,2	R\$ 1.332
• Demais obras	R\$ 792
	<b>R\$ 29.858</b>

### Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 10. Debêntures - Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2023	31/12/2022
<u>Colinas</u>					
4ª emissão:					
3ª série (a)	25.500	IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	-	163.523
5ª emissão:					
1ª série (c)	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	-	88.816
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	411.836	412.564
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	52.552	105.291
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/2026	401.932	402.674
2ª série (d)	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/2023	-	100.647
<u>Nascentes das Gerais</u>					
5ª emissão: (b)	400	IPCA + 5,97% a.a.	Dezembro/2030	424.042	443.434
Total				<b>1.290.362</b>	<b>1.716.949</b>
Custo de transação				(18.965)	(24.899)
Saldo líquido				<b>1.271.397</b>	<b>1.692.050</b>
Circulante				419.858	451.102
Não circulante				851.538	1.240.948

- (a) Essas operações foram mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 22). Em 17 de abril de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (b) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e será atualizada monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.
- (c) Em 13 de Outubro de 2023 a controlada Rodovia das Colinas liquidou a 1ª série da 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (d) Em 15 de Dezembro de 2023 a controlada Rodovia das Colinas liquidou a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

#### Cronograma de desembolso (não circulante)

	31/12/2023
2025	394.755
2026	210.443
2027	9.404
2028	62.534
2029	64.885
2030	123.658
Custo de transação	(14.141)
	<b>851.538</b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### Cláusulas restritivas

As debêntures, das controladas Rodovia das Colinas e Concessionária Rodovia MG050, contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as controladas não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

## 11. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	2.801	909	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	4.299	1.422	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	-	1.342	-	-
	<b>7.100</b>	<b>3.673</b>	-	-
Dividendos a receber de controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	402.745	168.859	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	13.691	189.869	-	-
	<b>416.436</b>	<b>358.728</b>	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Dividendos a receber de controlada:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	5.785	5.785	-	-
Debêntures a receber de outras partes relacionadas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	1.616.905	1.616.905	1.616.905	1.616.905
<b>Saldos patrimoniais</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços – outras partes relacionadas:				
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Debêntures a pagar a controladas (d):				
Rodovias das Colinas S.A.	1.182.996	-	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	123.744	107.712	-	-
<b>Total</b>	<b>1.306.740</b>	<b>107.712</b>	-	-
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A (f)	247.245	-	-	-
<b>Total</b>	<b>247.245</b>	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.553.985</b>	<b>107.712</b>	<b>635</b>	<b>635</b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a pagar a controladas (d): Rodovias das Colinas S.A.	-	1.029.727	-	-
<b>Total</b>	-	<b>1.029.727</b>	-	-
Mútuo a pagar a controladas: Rodovias das Colinas S.A (f)	-	262.906	-	-
<b>Total</b>	-	<b>262.906</b>	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	-	<b>1.292.633</b>	-	-
Dividendos a pagar a acionistas: Autostrade Conc. Participações Brasil Ltda. Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda.	95.622	95.622	95.622	95.622
<b>Total</b>	<b>95.621</b>	<b>95.621</b>	<b>95.621</b>	<b>95.621</b>
<b>Total</b>	<b>191.243</b>	<b>191.243</b>	<b>191.243</b>	<b>191.243</b>
<b>Controladora</b>				
<b>Transações</b>			<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas de prestação de serviços com controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.			8.229	6.407
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.			3.691	8.080
Rodovias das Colinas S.A.			13.840	13.065
<b>Total</b>			<b>25.760</b>	<b>27.552</b>
Controladas e Controlada em Conjunto:				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)			31.907	26.401
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (d)			(16.032)	(19.779)
Rodovias das Colinas S.A. (d)			(187.608)	(159.936)
<b>Total</b>			<b>(171.734)</b>	<b>(153.314)</b>
<b>Consolidado</b>				
<b>Transações</b>			<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas (despesas) financeiras líquidas: Controlada em Conjunto:				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)			31.907	26.401
<b>Total</b>			<b>31.907</b>	<b>26.401</b>

- (a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas com as controladas, referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são arcados inicialmente pela Companhia e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 7, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2021, a controlada em conjunto obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em

## AB Concessões S.A. e Controladas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 199.900 (R\$ 167.993 em 31 de dezembro de 2022).

- (c) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento, em 31 de julho de 2028, os quais tem sido integralmente provisionados para perda. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. As debêntures a receber de partes relacionadas contam com a garantia do penhor dos dividendos da Garantidora.

Em 01 de julho de 2023, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração dos Juros das Debêntures a receber para reduzi-los para zero a partir de 03 de julho de 2023, de modo que a Emissora pagará os Juros das Debêntures para os Debenturistas acumulados até 02 de julho de 2023.

- (d) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em 24 de março de 2021, foi aprovada a compensação de dividendos a receber das controladas Triângulo do Sol e Rodovia das Colinas, com parte do saldo da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, emitida em 29 de junho de 2012, nos valores de R\$199.482 e R\$99.144, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$ 102.825, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol. Em 14 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R\$77.209, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol, além da alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022. Em 04 de agosto de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2023. Em 30 de junho de 2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31 de dezembro de 2024.
- (e) Refere-se à prestação de serviços / retenções contratuais relacionadas a obras de duplicação.
- (f) Saldo de mútuo com a controlada Rodovia das Colinas, sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a Companhia, com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 17 de dezembro de 2021, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2024.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R\$50.000.

### Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e bônus	6.966	6.993	11.581	12.255
Encargos	2.192	1.922	3.840	3.311
Outros benefícios	3.132	2.301	4.754	2.787
Total	<b>12.290</b>	<b>11.216</b>	<b>20.175</b>	<b>18.353</b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada, nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

### 12. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de março de 2000, e junho de 1998, respectivamente.

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Parcela Variável	1.352	3.870
<b>Total</b>	<b><u>1.352</u></b>	<b><u>3.870</u></b>
Circulante	1.352	3.870

O ônus variável da controlada Colinas corresponde a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A partir de setembro de 2021 o ônus variável da controlada Triângulo do Sol corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que até o fim do prazo de concessão, seria devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi compensado com valores referente ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019) o montante de R\$ 15.262 referente a parte variável do direito de outorga (R\$ 13.444 em 31 de dezembro de 2022), pela controlada Rodovia das Colinas e foram pagos ao Poder Concedente pela controlada Triângulo do Sol o montante R\$ 10.366 (R\$ 22.910 em 31 de dezembro de 2022).

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 13. Obrigações Fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	28.285	50.704	118.879
PIS e COFINS s/ receitas financeiras (a)	-	91.322	-	134.222
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	197	-	9.914	11.474
Imposto Sobre Serviços – ISS	-	-	8.394	11.119
Outros	24	40	890	1.701
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>119.647</b>	<b>69.902</b>	<b>277.395</b>
Circulante	<b>221</b>	<b>30.385</b>	<b>69.902</b>	<b>145.233</b>
Não circulante	-	<b>89.262</b>	-	<b>132.162</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais. Em 13 de dezembro de 2022, a controlada, Rodovias das Colinas, requereu em Agravo em Recurso Extraordinário, a desistência da ação mandamental originária, bem como do Agravo no referido Recurso Extraordinário, com a consequente conversão dos depósitos judiciais realizados em renda em favor da União Federal, e a extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156, VI, do Código Tributário Nacional. Em 22 de maio de 2023, foi proferida decisão, por meio da qual a Vice-Presidência, em juízo de admissibilidade, (i) negou seguimento e inadmitiu o Recurso Extraordinário e (ii) inadmitiu o Recurso Especial, interpostos pela Companhia. Os depósitos judiciais realizados foram convertidos em favor da União Federal e o crédito tributário foi extinto, nos termos do art.156, VI, do Código Tributário Nacional.

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia entende que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº. 24, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, na rubrica de Outros Ativos, no montante de R\$ 46.681 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 28.123 em 31 de dezembro de 2022).

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2023
Riscos:						
Cíveis (a)	77.987	34.639	(5.106)	(8.444)	17.599	<b>116.675</b>
Trabalhistas (b)	220.366	16.945	(15.036)	(20.145)	37.251	<b>239.381</b>
Tributários	296	8	(60)	-	94	<b>338</b>
Outras contingências (c)	34.211	32.364	(10.669)	(6.296)	610	<b>50.220</b>
<b>Total</b>	<b>332.860</b>	<b>83.956</b>	<b>(30.871)</b>	<b>(34.885)</b>	<b>55.554</b>	<b>406.614</b>

	Consolidado					
	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Riscos:						
Cíveis (a)	74.618	16.377	(6.296)	(14.490)	7.778	77.987
Trabalhistas (b)	199.098	26.816	(13.532)	(12.532)	20.516	220.366
Tributários	1.096	-	(825)	-	25	296
Outras contingências (c)	49.152	7.805	(11.975)	(18.140)	7.369	34.211
<b>Total</b>	<b>323.964</b>	<b>50.998</b>	<b>(32.628)</b>	<b>(45.162)</b>	<b>35.688</b>	<b>332.860</b>

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores.
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, as controladas são parte em: (i) processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$ 181.532 (R\$ 163.090 em 31 de dezembro de 2022), (ii) trabalhistas no valor de R\$ 16.454 (R\$ 24.156 em 31 de dezembro de 2022), (iii) administrativos no valor de R\$ 43.527 (R\$ 35.789 em 31 de dezembro de 2022) e (iv) tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 270.725 (R\$ 128.140 em 31 de dezembro de 2022), ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

O principal processo tributário, do saldo também mencionado acima, trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSLL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021, das controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis e trabalhistas	6.793	5.424	31.801	36.332
Processos tributários (a)	169	89.262	179.811	287.674
Bloqueios judiciais (b)	1.022	2.842	145.873	172.328
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>7.984</b>	<b>97.528</b>	<b>357.485</b>	<b>496.334</b>

- (a) O montante de R\$ 179.811 (R\$ 287.674 em 31 de dezembro de 2022), conforme mencionado na nota explicativa nº 8, corresponde a depósitos judiciais relativos à discussão judicial sobre o benefício fiscal calculado sobre a amortização do ágio decorrente da aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas, no montante de R\$ 179.750 (R\$ 155.744 em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais referente a outras naturezas no montante de R\$ 61 (R\$ 857 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 1.022 na controladora e R\$ 145.873 no consolidado (R\$ 2.842 e R\$ 172.328, em 31 de dezembro de 2022), referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

## 15. Provisão para manutenção e investimentos - Consolidado

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, sendo ajustada a valor presente à taxa de 9,71% a.a. (12,62% a.a. em 2022), para a controlada Rodovia das Colinas e 10,07% a.a., para a controlada Concessionária Rodovia MG050 (12,62% a.a., em 2022). A controlada Triângulo do Sol não teve revisão do ajuste a valor presente no período devido ao encerramento do contrato de concessão conforme mencionado na nota explicativa nº 1, sendo utilizada a taxa de 12,62% em 2023 e 2022.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>121.342</b>	<b>75.675</b>	<b>197.017</b>
Constituição da provisão	135.807	20.507	156.314
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(16.404)	(18.226)	(34.630)
Realização da provisão	(91.765)	(17.556)	(109.321)
Ajuste a valor presente - realização	11.021	7.249	18.270
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>160.001</b>	<b>67.649</b>	<b>227.650</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>160.001</b>	<b>67.649</b>	<b>227.650</b>
Constituição da provisão	45.805	6.244	52.049
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(5.456)	(3.531)	(8.987)
Realização da provisão	(133.162)	(9.352)	(142.514)
Ajuste a valor presente - realização	15.604	19.967	35.571
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>82.792</b>	<b>80.977</b>	<b>163.769</b>
Circulante	118.405	17.818	136.223
Não circulante	41.596	49.831	91.427
<b>Total em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>160.001</b>	<b>67.649</b>	<b>227.650</b>
Circulante	65.594	15.887	81.481
Não circulante	62.390	19.898	82.288
<b>Total em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>127.984</b>	<b>68.794</b>	<b>163.769</b>

## 16. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

### Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

### Reserva legal

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 17. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio	1.300.680	1.659.407
Outras receitas - contraprestação pecuniária	19.074	18.767
Outras receitas – receitas acessórias	18.708	28.960
Receita de serviços de construção	64.280	148.173
<b>Receita bruta</b>	<b>1.402.742</b>	<b>1.855.307</b>
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(65.383)	(83.574)
PIS	(8.708)	(11.102)
COFINS	(40.189)	(51.238)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.288.462</b>	<b>1.709.393</b>

### 18. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de depreciação e amortização (a)	(2.147)	(1.667)
Despesas com prestadores de serviços	(8.094)	(4.884)
Despesas com funcionários	(8.224)	(8.740)
Despesas com materiais e equipamentos	(408)	(77)
Outras despesas	(1.202)	(92)
Constituição de provisão para contingências	(6.058)	(2.285)
Outras receitas	151	23
<b>Total</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(17.722)</b>
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(26.133)	(17.826)
Outras receitas	151	104
<b>Total</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(17.722)</b>

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(107.218)	(167.452)
Despesas de depreciação e amortização (a)	(316.555)	(300.239)
Despesas com o ônus variável da concessão	(23.111)	(36.187)
Despesas com prestadores de serviços	(90.707)	(104.260)
Despesas com funcionários	(104.083)	(140.680)
Despesas com materiais e equipamentos	(46.506)	(49.447)
Custos com construção	(64.280)	(148.173)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(111.226)	(54.058)
Reversão (Constituição) Reembolso de seguro	22.374	6.692
Provisão para perda esperada	6.218	(1.984)
Outras despesas	(16.121)	(15.845)

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Outras receitas operacionais, líquidas	4.467	52.954
Total	<b>(846.748)</b>	<b>(956.698)</b>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(546.602)	(706.174)
Despesas gerais e administrativas	(310.831)	(273.834)
Provisão para perda esperada	6.218	(1.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.467	23.312
Total	<b>(846.748)</b>	<b>(956.698)</b>

- (a) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível, nos valores de R\$ 1.037 e R\$ 311.800 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente (R\$ 623 e R\$ 297.086 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R\$ 3.718 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2022).

## 19. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	15.011	1.161
Juros com partes relacionadas (nota 11)	31.907	26.401
Outras receitas financeiras	291	-
	<b>47.209</b>	<b>27.562</b>
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas (nota 11)	(203.640)	(179.715)
Comissões bancárias e outras	(16.030)	(23.255)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(124)	(35)
	<b>(219.794)</b>	<b>(203.105)</b>
Resultado financeiro	<b>(172.586)</b>	<b>(175.543)</b>

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 20. Resultado básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício e a média ponderada de ações, utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	61.914	55.127
Juros com partes relacionadas (nota 11)	31.907	26.401
Receitas com instrumentos financeiros – hedge	15.860	34.976
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	155.156	138.350
Outras receitas financeiras	17.771	14.515
	<b>282.608</b>	<b>269.369</b>
Despesas financeiras:		
Varição do ajuste a valor presente	(26.223)	(18.270)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(213.867)	(239.378)
Despesas com instrumentos financeiros – hedge	(12.540)	(23.725)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(149.091)	(149.742)
Comissões bancárias e outras	(17.028)	(24.970)
Outras despesas financeiras	(1.438)	(2.458)
	<b>(420.187)</b>	<b>(458.543)</b>
Resultado financeiro	<b>(137.579)</b>	<b>(189.174)</b>
<b>Básico e diluído</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Prejuízo líquido do exercício	(47.180)	(335.419)
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação - básico (em R\$)	<b>(225,47)</b>	<b>(1.602,93)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro/prejuízo por ação, portanto, o lucro/prejuízo por ação básico e diluído são os mesmos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 21. Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

#### a) Informações suplementares

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	42.535	(12.558)
Utilização de provisão de investimento na aquisição do ativo intangível		10.359
Provisão para investimentos a realizar – intangível	-	(13.311)
Contas a receber Poder Concedente	15.262	-
Outorga Variável	(15.262)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>42.535</b>	<b>(15.510)</b>
Aquisições do intangível	(42.535)	15.510
Aquisição de direito de uso	(8.549)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(51.128)</b>	<b>15.510</b>
Arrendamento	8.549	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>8.549</b>	<b>-</b>

#### b) Dividendos recebidos

A Companhia classifica os dividendos recebidos como um fluxo de caixa das atividades de investimento, visto tratar-se de retorno sobre os investimentos realizados nas Companhias controladas.

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no financiamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro

### 22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia e suas controladas, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.



## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures e Mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Mútuo (Passivos) com Partes Relacionadas	1.505.470	1.558.513	1.400.345	1.424.267

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (a)	1.271.396	1.315.041	1.529.002	1.566.869

- (a) Valores líquidos (exceto 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 10.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

### b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras intermediárias condensadas (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

Os saldos de debêntures a receber com partes relacionadas têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os valores justos foram apurados com base no fluxo de caixa projetado de dividendos da Companhia, uma vez que as debêntures são garantias pelo penhor de dividendos da Haulimau Empreendimentos e Participações S.A. (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 10, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “*offset swaps*”, com taxas opostas às dos *swaps* contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “*swaps*” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado *)
Instrumentos financeiros derivativos –hedge	-	68.820
Instrumentos financeiros derivativos	-	60.820
Debêntures passivas (a)	-	163.523
Debêntures ativas	1.616.905	1.616.905

- (a) Conforme informado na nota n.º 10, as debêntures de 4ª emissão – 3ª série – emitidas pela controlada Rodovia das Colinas S/A foram mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo, até a data da sua liquidação em 17 de abril de 2023.

(\*) A classificação das debêntures a receber, em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reapresentadas para considerar a classificação do instrumento financeiro como mensurado a valor justo, ao invés de custo amortizado, considerando que a escritura da 1ª emissão privada de debêntures possui cláusula de conversão das debêntures em ações da emissora.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer as Debêntures ativas ao custo amortizado, os saldos apurados seriam equivalentes aos valores justos considerando que as debêntures possuem como garantia o penhor de dividendos da Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Em 12 de junho de 2013 a controlada Colinas contratou “*swap*” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “*hedge*”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo.

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência ("notional")	Valor justo ("fair value") 31/12/2023	Valor justo ("fair value") 31/12/2022	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	-	60.310	(60.310)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	-	94.846	(94.846)
Total				<u>257.265</u>	-	<u>155.156</u>	<u>(155.156)</u>
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CD I+ 0,69%	100.000	-	33.569	33.569
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	-	52.767	52.767
Total				<u>257.265</u>	-	<u>86.336</u>	<u>86.336</u>
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar					-	68.820	
Instrumentos financeiros, líquidos							<b>(68.820)</b>
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							8.320
Recebimento de instrumento financeiro							63.820
Efeito acumulado no resultado do exercício							<u>3.320</u>

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa). Em 17 de abril de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é como segue:

	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo ("fair value")	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado
					31/12/2023	31/12/2022	valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	-	36.693	(36.993)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	-	57.643	(57.643)
Total				257.265	-	94.336	(94.336)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	-	60.310	60.310
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	-	94.846	94.846
Total				257.265	-	155.156	155.156
Instrumentos financeiros, líquido					-	60.820	60.820
Pagamento de Instrumento Financeiro							(54.755)
Efeito acumulado no resultado do exercício							6.065

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o ano, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 8.320 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.468 em 31 de dezembro de 2022) e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

#### a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### *Exposição a riscos e de taxas de juros*

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI e do IPCA, relativos a debêntures a receber de partes relacionadas, e debêntures e mútuos a pagar em reais.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures e mútuos, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023.
- Cenário II: aumento e redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.
- Cenário III: aumento e redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

Os cenários II e III, de aumento e redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Controladora					
	Valor contábil	Cenário provável	Aumento		Redução	
			Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	-	10,07%	12,59%	15,11%	7,55%	5,04%
Debêntures indexador						
Debêntures – Colinas	(1.182.996)	(140.545)	(170.817)	(201.089)	(110.273)	(80.001)
Debêntures – Triângulo	(123.744)	(14.701)	(17.868)	(21.034)	(11.535)	(8.368)
Mútuo – Colinas	(247.245)	(27.891)	(34.184)	(40.477)	(21.598)	(15.305)
<b>Total</b>	<b>(1.553.985)</b>	<b>(183.137)</b>	<b>(222.869)</b>	<b>(262.600)</b>	<b>(143.406)</b>	<b>(103.674)</b>
Aplicações financeiras e mútuo - Indexador						
CDB e operações compromissadas - CDI (b)	147.148	14.920	18.652	22.384	11.189	7.459
Mútuo – CDI (c)	199.900	21.230	26.538	31.845	15.923	10.615
Exposição líquida – perda	(1.206.937)	(146.987)	(177.679)	(208.371)	(116.294)	(85.601)
Aumento (Redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(30.692)	(61.384)	30.692	61.384

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2024.

(b) Ver Nota n.º 4.

(c) Ver Nota n.º 11 (referência “b”)

O impacto da variação do CDI sobre as debêntures ativas não foram considerados na análise de sensibilidade acima, uma vez que a receita financeira sobre essas debêntures são integralmente provisionadas para perda.

### Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia e suas controladas interrompem a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

As controladas apresentam valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	147.422	689
Contas a receber de partes relacionadas	7.101	3.673
Dividendos a receber	422.221	364.512
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	1.616.905
Valor Contábil	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	389.457	622.264
Contas a receber de cliente e do poder concedente	142.406	175.938
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	1.616.905
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	8.001

(\*) Valor apresentado pelo líquido da ponta ativa e passiva de instrumentos financeiros derivativos.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	141.620	-	72.132	-	72.132	69.488	-	-	69.488	141.620
<b>Total</b>	<b>141.620</b>	<b>-</b>	<b>72.132</b>	<b>-</b>	<b>72.132</b>	<b>69.488</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.488</b>	<b>141.620</b>
Passivos:										
Debêntures – principal e juros (b)	(1.290.362)	(413.531)	(117.697)	(339.533)	(457.230)	(725.400)	(250.519)	(270.744)	(1.246.663)	(1.703.893)
Passivo de arrendamento	(8.560)	(899)	(1.158)	(3.004)	(4.162)	(4.948)	-	-	(4.948)	(9.110)
Credor pela concessão (c)	(1.349)	-	(1.349)	-	(1.349)	-	-	-	-	(1.349)
<b>Total</b>	<b>(1.300.271)</b>	<b>(414.430)</b>	<b>(120.204)</b>	<b>(342.537)</b>	<b>(462.741)</b>	<b>(730.348)</b>	<b>(250.519)</b>	<b>(270.744)</b>	<b>(1.251.611)</b>	<b>(1.714.352)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(1.158.651)</b>	<b>(414.430)</b>	<b>(48.072)</b>	<b>(342.537)</b>	<b>(390.609)</b>	<b>(660.860)</b>	<b>(250.519)</b>	<b>(270.744)</b>	<b>(1.182.123)</b>	<b>(1.572.732)</b>

- (a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
- (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.
- (c) Valores nominais.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 23. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas, com exceção, da sua controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. que conforme mencionado na nota explicativa nº 1 encerrou os negócios com o fim do prazo de concessão em 30 de abril de 2023.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Dívida - partes relacionadas	1.624.005	1.400.345
Caixa e equivalentes de caixa	(147.422)	(689)
Dívida líquida	<b>1.476.583</b>	<b>1.399.656</b>
Patrimônio líquido	<b>2.349.811</b>	<b>2.396.990</b>
Índice de endividamento líquido	<b>0,63</b>	<b>0,58</b>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Dívida - debêntures (a)	1.290.362	1.716.949
Caixa e equivalentes de caixa	(389.457)	(622.264)
Dívida líquida	<b>900.905</b>	<b>1.094.685</b>
Patrimônio líquido	<b>2.349.811</b>	<b>2.396.990</b>
Índice de endividamento líquido	<b>0,38</b>	<b>0,46</b>

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 9.

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,38 em 31 de dezembro de 2023 (0,46 em 31 de dezembro de 2022), como resultado da 9ª e 10ª emissões de debêntures públicas da controlada Rodovias das Colinas, e 5ª emissão de debêntures públicas da controlada Nascentes das Gerais, conforme nota explicativa n.º 10, cujos recursos foram destinados para usos gerais e reforço de caixa das controladas.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
(Em milhares de reais)

### 24. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	57.839	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	114.250	Outubro/2024
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	106.630	Outubro/2024
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	769.896	Setembro/2024
Seguro-garantia	Garantia de ampliação de concessão	132.339	Setembro/2024

### 25. Eventos subsequentes

Em 12 de março de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada, Rodovia das Colinas, deliberou, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por ações, a aprovação da 11ª emissão, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$ 250.000.

Jose Renato Ricciardi

*Diretor Presidente*

Alexandre Tujisoki

*Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

Anderson Costa Silva

Contador - CRC SP- 219557/0-4

\*\*\*